

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O PROF. JOÃO CARLOS TEATINIⁱ

Maria de Fátima Barbosa Abdalla

Doutora em Educação (FE-USP) e pós-doutora em Psicologia da Educação (PUC/SP). Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos/UNISANTOS.

mfabdalla@uol.com.br

Fátima: Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR, com a “finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente”. Prof. Teatini, gostaríamos de saber como esta Política está sendo implementada e qual o seu significado para a educação brasileira?

Prof. Teatini: Para a execução da *Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR* foi implementado o *Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica*, que é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação (MEC), em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior (IES) neles sediadas, tendo por finalidade principal a melhoria na formação dos professores e da Educação Básica brasileira. A meta é diminuir o déficit de professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996). Trata-se, desse modo, de um esforço histórico inédito de articulação envolvendo as

diferentes esferas responsáveis pela gestão de políticas públicas relacionadas à formação, num fim único, que é a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Fátima: Prof. Teatini, como tem sido o trabalho desenvolvido pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente? Quais são suas atribuições? Eles têm, efetivamente, conseguido interagir com os sistemas de ensino e as instituições formadoras sediadas nos diferentes Estados? Qual o acompanhamento da CAPES neste sentido?

Prof. Teatini - A criação dos *Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente* é um importante passo no que se refere à implementação de um regime real de colaboração e articulação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, então representados, com o objetivo de executar a *Política Nacional de Formação de Professores*. Cabe, desse modo, aos fóruns estaduais elaborar os planos estratégicos que consistem, fundamentalmente, no diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério, bem como o levantamento da capacidade de atendimento da demanda por formação pelas instituições de ensino superior envolvidas. A partir dos planos estratégicos devem se definir ações para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Os fóruns também acompanham a execução do plano estratégico, e podem redirecioná-lo com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos do PARFOR. Há estados em que os fóruns são bem atuantes e articulados, o que enseja numa gestão mais eficaz das ações propostas, entretanto, alguns fóruns ainda se encontram num estágio bem incipiente, reflexo das dificuldades de interação institucional das instâncias políticas envolvidas no âmbito dos estados e municípios. A CAPES tem acompanhado todo o processo com o intuito de articular os diversos atores do processo bem como assegurar que cada um cumpra o seu compromisso firmado para a execução do PARFOR.

Fátima: Quais têm sido as principais dificuldades/limites quanto à implementação desta Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica? E o que tem sido visto como aspectos positivos nos diferentes desdobramentos desta Política? Quais seriam, então, as perspectivas em relação a todo este processo? Como tudo isso está sendo avaliado pela CAPES?

Prof. Teatini - Como se trata de uma ação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as IES, é esperado que cada ente cumpra seu papel institucional, entretanto, nem sempre isso ocorre. Uma grande dificuldade é garantir o apoio logístico dos municípios aos professores participantes, liberando-os das aulas, fornecendo transporte, alimentação, hospedagem em certos casos, bem como oferecer infraestrutura mínima para realização dos cursos. No caso das instituições

de ensino, é sabido que existem restrições de quadro de professores, de instalações e bibliotecas. A União, por meio da CAPES, paga despesas de custeio e bolsas para os professores dos cursos, e tem previsão orçamentária para atendimento de despesas com material permanente e bibliográfico, tendo em vista a maior qualidade dos cursos ofertados. Recentemente, a CAPES, por intermédio de consultores contratados por organismo internacional, iniciou a avaliação do PARFOR no que se refere aos aspectos pedagógicos dos cursos. A CAPES também realiza o acompanhamento administrativo zelando pelos critérios e normas estabelecidas por toda legislação atinente ao tema. De modo geral, a avaliação é muito positiva, principalmente, nos casos em que todos os compromissos firmados são cumpridos. A CAPES está ciente das especificidades e necessidades dos contextos regionais, e tem analisado, particularmente, as dificuldades de execução do PARFOR visando lograr êxito em suas ações.

Fátima: Prof. Teatini, muito agradecida por sua disposição em nos responder, tecendo esclarecimentos em relação ao PARFOR.

ⁱ Professor da Universidade de Brasília, onde atua desde 1974, e Diretor da DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, 4º andar, Brasília/DF.